



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



LICITAÇÃO: TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23104.006056/2021-48

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de gases especiais com fornecimento, **em comodato**, de cilindros e tanques, através do Sistema de Registro de Preços, para atender demandas de diversos laboratórios da UFMS, das unidades INQUI, FAMEZ, CPCS, SEPAT, CPTL, FAODO, FAENG, INBIO, FACFAN, de acordo com a previsão realizada para 2021 e os documentos de formalização de demanda, anexos neste processo:

Item	Código	Descrição	Complemento	Unidade	Qtde	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor Total Máximo Aceitável
1	446.781	CILINDRO GÁS, MATERIAL AÇO, CAPACIDADE ARMAZENAGEM 1.000 L, TIPO GÁS NITROGÊNIO ANALÍTICO 5.0, VOLUME 1 M3	Cilindro com volume de 1m3. Somente a carga. Cilindro em comodato. un = m3	UN	55	57,60	3.168,00
2	395.368	CILINDRO GÁS, MATERIAL AÇO, TIPO GÁS ARGÔNIO, VOLUME 10 M3	Argônio comprimido pureza > 99,5%. fornecer em cilindros de 8,5 m3.	CIL 8.50 M3	5	26,00	130,00
3	370.022	GÁS COMPRIMIDO, NOME ACETILENO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, ODOR DE ALHO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA C2H2, MASSA MOLECULAR 26,04 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99,5% V/V, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE	REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 74-86-2 Descrição complementar: Gás acetileno para absorção atômica com pureza mínima de 99,8%	KG	130	81,66	10.615,80
4	410.580	GÁS COMPRIMIDO, NOME ARGÔNIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA AR, MASSA MOLECULAR 39,94 G/MOL, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99,9%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440-37-1	Argônio comprimido pureza > 99,5%. fornecer em cilindros de 8,5 m3 - comodato...	M3	65	157,26	10.221,90
5	391.508	GÁS COMPRIMIDO, NOME ARGÔNIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA AR, MASSA MOLECULAR 39,94 G/MOL, GRAU DE PUREZA	Gás argônio ultra puro, 99,999%	M3	600	45,92	27.552,00

		TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440					
6	368.667	GÁS COMPRIMIDO, NOME ARGÔNIO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, FÓRMULA QUÍMICA AR, MASSA MOLECULAR 39,94 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440		M3	250	42,27	10.567,50
7	366.184	GÁS COMPRIMIDO, NOME AR MEDICINAL, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA AR DO AMBIENTE COMPRIMIDO, GRAU DE PUREZA TEOR DE OXIGÊNIO ENTRE 19,5% E 23,5%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO MEDICINAL	Fornecimento / abastecimento - cilindros de 10 m3	M3	120	46,81	5.617,20
8	366.164	GÁS COMPRIMIDO, NOME AR SINTÉTICO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA MISTURA DE OXIGÊNIO E NITROGÊNIO, GRAU DE PUREZA TEOR DE O2 ENTRE 21 E 22,5%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO MEDICINAL	PUREZA 99,9%. CILÍNDRO DE 10M3.	M3	40	51,90	2.076,00
9	377.322	GÁS COMPRIMIDO, NOME AR SINTÉTICO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA MISTURA DE OXIGÊNIO E NITROGÊNIO, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO	Ar sintético Analítico 5.0	M3	150	78,65	11.797,50
10	377.322	GÁS COMPRIMIDO, NOME AR SINTÉTICO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA MISTURA DE OXIGÊNIO E NITROGÊNIO, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO	Ar sintético para detector de ionização de chama pureza mínima 99,999%	M3	145	78,65	11.404,25

11	377.322	GÁS COMPRIMIDO, NOME AR SINTÉTICO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA MISTURA DE OXIGÊNIO E NITROGÊNIO, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO	Ar sintético para emissão de elétrons com pureza mínima de 99,999%)	M3	65	78,65	5.112,25
12	377.322	GÁS COMPRIMIDO, NOME AR SINTÉTICO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA MISTURA DE OXIGÊNIO E NITROGÊNIO, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO	Nitrogênio gasoso ultrapuro, 99,9999% de pureza mínima	M3	40	78,65	3.146,00
13	422.896	GÁS COMPRIMIDO, NOME DIÓXIDO DE CARBONO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA CO2, MASSA MOLECULAR 44,0 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA		kg	60	26,44	1.586,40
14	406.929	GÁS COMPRIMIDO, NOME DIÓXIDO DE CARBONO, ASPECTO FÍSICO LIQUEFEITO, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA CO2, MASSA MOLECULAR 44,0, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,99%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 124-38-9	Gás CO2, de pureza 99,995% de pureza mínima - tubo pescador	KG	710	47,77	33.916,70
15	406.929	GÁS COMPRIMIDO, NOME DIÓXIDO DE CARBONO, ASPECTO FÍSICO LIQUEFEITO, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA CO2, MASSA MOLECULAR 44,0, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,99%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 124-38-9	Gás CO2, de pureza 99,995% de pureza mínima - tubo pescador. Entrega a ser realizada no Campus de Três Lagoas.	KG	260	47,77	12.420,20
16	366.186	GÁS COMPRIMIDO, NOME HÉLIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA HE, MASSA	Gás Helio 99,999% de pureza mínima, para detector de ionização de chama	M3	250	172,35	43.087,50

		MOLECULAR 4,00 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440-59-7					
17	366.186	GÁS COMPRIMIDO, NOME HÉLIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA HE, MASSA MOLECULAR 4,00 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440-59-7	Gás Helio analítico de pureza mínima 99,999%	M3	225	172,35	38.778,75
18	392.725	GÁS COMPRIMIDO, NOME HÉLIO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, FÓRMULA QUÍMICA HE, MASSA MOLECULAR 4,00, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V/V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440-59-7	Helio liquido	M3	660	280,31	185.004,60
19	381.871	GÁS COMPRIMIDO, NOME HIDROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA H2, MASSA MOLECULAR 2,01 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA	CAS 1333-74-0. Descrição complementar: Gás hidrogênio para detector de ionização de chama pureza mínima 99,995%	M3	50	74,34	3.717,00
20	372.155	GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA N2, MASSA MOLECULAR 28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V/V, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO INDUSTRIAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS	7727-37-9. Descrição complementar: Gás nitrogênio Fornecimento/ Abastecimento em cilindros de 9m3 (INQUI)	M3	195	21,09	4.112,55
21	366.180	GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA N2, MASSA MOLECULAR 28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA	CAS 7727-37-9. Descrição complementar: Gás nitrogênio 99,999% de pureza mínima	M3	800	43,98	35.184,00
22	366.180	GÁS COMPRIMIDO, NOME	Gás nitrogênio para detector de	M3	165	97,00	16.005,00

		NITROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA N ₂ , MASSA MOLECULAR 28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA	ionização de chama de pureza mínima 99,996%				
23	376.256	GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, ALTAMENTE REFRIGERADO, FÓRMULA QUÍMICA N ₂ , MASSA MOLECULAR 28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V/V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7727-37-9		L	13000	8,51	110.630,00
24	376.255	GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, ALTAMENTE REFRIGERADO, FÓRMULA QUÍMICA N ₂ , MASSA MOLECULAR 28,96, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99,5% V/V, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO INDUSTRIAL, NÚMERO DE		L	15500	10,23	158.565,00
25	376.062	GÁS COMPRIMIDO, NOME ÓXIDO NITROSO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, INCOLOR, FÓRMULA QUÍMICA N ₂ O, MASSA MOLECULAR 38,63, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V/V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 10024-97-2	Gás oxido nitroso para absorção atômica de pureza mínima 99,5%	KG	130	44,79	5.822,70
26	429.464	GÁS COMPRIMIDO, NOME OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO GÁS INCOLOR, FÓRMULA QUÍMICA O ₂ , MASSA MOLECULAR 31,99 G/MOL, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO MEDICINAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7782-	Fornecimento/abastecimento em cilindros de 10 m3	M3	515	17,73	9.130,95
27	369.771	GÁS COMPRIMIDO, NOME OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA O ₂ , MASSA MOLECULAR 31,99, CARACTERÍSTICA	Gás oxigênio comercial Fornecimento/abastecimento em cilindros de 10m3	M3	300	19,06	5.718,00

		ADICIONAL USO INDUSTRIAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7782-44-7					
28	366.174	GÁS COMPRIMIDO, NOME OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA O ₂ , MASSA MOLECULAR 31,99 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS		M3	220	101,87	22.411,40
29	366.174	GÁS COMPRIMIDO, NOME OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA O ₂ , MASSA MOLECULAR 31,99, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7782	OXIGÊNIO 5.0	M3	200	101,87	20.374,00
30	370.435	MISTURA GASOSA, APLICAÇÃO GASES MEDICINAIS, COMPOSIÇÃO 0,3% MONÓXIDO CARBONO, 0,3% METANO, 21% OXIGÊNIO, TIPO PADRÃO BALANCEADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM NITROGÊNIO	Cilindro tipo T, pressão de 140,00 KgF/cm ² , volume de 6,7 m ³ @ 21 graus célcus e 1 ATM. Gases: Oxigênio 21% % mol/mol e Monóxido de Carbono a 0,3% %mol/mol e Metano 0,3% Mol/Mol e balanceado com nitrogênio	M3	80	587,67	47.013,60
31	370.435	MISTURA GASOSA, APLICAÇÃO GASES MEDICINAIS, COMPOSIÇÃO 0,3% MONÓXIDO CARBONO, 0,3% METANO, 21% OXIGÊNIO, TIPO PADRÃO BALANCEADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM NITROGÊNIO	Mistura Certificada, cilindro G(7-150), com volume 1 m ³ a 21 graus Celcius e 1 atm, com a seguinte composição: C0 0,3%, CH ₄ 0,3%, e O ₂ 21%, balanceado com nitrogênio	M3	60	587,67	35.260,20
32	278.037	MISTURA GASOSA, APLICAÇÃO LABORATORIAL, COMPOSIÇÃO 26% OXIGÊNIO, BALANÇO NITROGÊNIO, TIPO PADRÃO PRIMÁRIA, APRESENTAÇÃO CILINDRO G- PRESSÃO DE 150KGF/ CM , VOLUME 1,0 M3, CARACTERÍSTICAS	Oxigênio certificado de alta precisão, cilindro G(7-150), volume 1 m ³ , a 21 graus celcius e 1 atm com a seguinte composição: O ₂ 26%, Balanceado com Nitrogênio.	M3	60	250,00	15.000,00

		ADICIONAIS VÁLVULA CGA973- WM N 33,					
33	283.865	MISTURA GASOSA, APLICAÇÃO LABORATORIAL, COMPOSIÇÃO ARGÔNIO-90% E METANO- 10%, TIPO PADRÃO, APRESENTAÇÃO CILINDRO	cotar em metro cúbico. Fornecer em cilindro de 8,5 m3	M3	128	120,49	15.422,72
34	283.865	MISTURA GASOSA, APLICAÇÃO LABORATORIAL, COMPOSIÇÃO ARGÔNIO-90% E METANO- 10%, TIPO PADRÃO, APRESENTAÇÃO CILINDRO	Mistura padrão 10% de Metano em Argônio Balanço. Fornecer em cilindros com 8,5 m3	CIL 8.30 M3	12	545,00	6.540,00
35	301.503	MISTURA GASOSA, APLICAÇÃO LABORATORIAL, COMPOSIÇÃO ARGÔNIO-93% E HIDROGÊNIO- 7%, APRESENTAÇÃO CILINDRO		CIL 8.30 M3	30	1.452,50	43.575,00
36	301.503	MISTURA GASOSA, APLICAÇÃO LABORATORIAL, COMPOSIÇÃO ARGÔNIO-93% E HIDROGÊNIO- 7%, APRESENTAÇÃO CILINDRO		M3	30	175,00	5.250,00
37	407.627	MISTURA GASOSA, COMPOSIÇÃO ARGÔNIO 25%, HÉLIO 75%		M3	25	83,30	2.082,50
38	429.436	MISTURA GASOSA, COMPOSIÇÃO DIÓXIDO DE CARBONO 5%, OXIGÊNIO 16%, NITROGÊNIO	Cilindro tipo T, pressão de 185,00 KgF/cm2, volume de 8,9 m3 @ 21 graus célcus e 1 ATM. Gases: Oxigênio 16% % mol/mol e Dióxido de Carbono a 5% %mol/mol balanceado com nitrogênio	M3	100	276,99	27.699,00
TOTAL ESTIMADO							1.005.716,17

Os itens acima são classificados como material de consumo.

Considerando pregões de exercícios anteriores (10/2019, 35/2019), por problemas de empresas EPP/ME/EIRELI com fornecedores, impossibilitando a aquisição, solicitamos verificar a possibilidade da abertura de todos os itens para ampla concorrência.

Os incisos I e II do Artigo 10 do Decreto 8538/2015 preconiza: "Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º (que trata de destinação exclusiva de licitação à Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), quando: I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

1.2. O prazo de vigência da ATA é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura. (É vedada a prorrogação da ARP).

1.3. Se houver contrato decorrente da ARP, este poderá ser prorrogável na forma do art. 57 § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.4. A vigência do contrato poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

1.5. Em obediência ao art. 3º, §1º, I, da Lei nº 8.666/1993 e art. 3º, XI, alínea "a.1", do Decreto nº 10.024/2019, no intuito de evitar especificações do objeto que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização, foram tomadas as devidas cautelas para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração:

1.5.1. As especificações foram retiradas do código CATMAT, e as descrições complementares indicam alguma especificidade necessária ao requisitante, porém de forma objetiva e imparcial. A exemplo dos pregões anteriores, às licitações deste tipo de material, ocorrem vários fornecedores do ramo, sendo a descrição dos itens ensejando um certame competitivo.

1.6. Agrupamentos de Itens: Caso existente mais de um item em razão do parcelamento, a regra deve ser que cada item seja adjudicado de forma individualizada, permitindo que empresas distintas sejam contratadas. Excepcionalmente e de forma motivada, é possível prever o agrupamento de itens, adotando-se a adjudicação pelo preço global do grupo. Recomenda-se adotar a adjudicação por preço global de grupos de itens apenas se for indispensável para a modelagem contratual, sempre de forma justificada

1.7. Em caso de haver órgãos participantes na IRP: O art. 6º do Decreto nº 7.892/13 preceitua que o órgão participante deve encaminhar ao órgão gerenciador sua estimativa de consumo, local de entrega do objeto, O ETP, e, quando couber, o cronograma de contratação. Também ressalta que deve realizar pesquisa de mercado quando incluir novos itens ou novas localidades de entrega, desde que o gerenciador aceite as inclusões.

1.8. A análise técnica para aceitação ou não dos itens enviados pela pretensa UASG Participante, considerará:

1.8.1. O funcionamento daquele mercado específico;

1.8.2. Ganho de economia de escala, com a conversão de objetos com descrição semelhante em um mesmo objeto;

1.8.3. Objetos idênticos para locais de entrega próximos devem ser somados num mesmo item licitatório, ou divididos em itens distintos;

1.8.4. Objetos idênticos para locais de entrega afastados deverão ser desdobrados;

1.8.5. Alterações na requisição mínima de algum item, por conta de demanda menor de algum órgão participante.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares 37/2021 (2738329), apêndice deste Termo de Referência.

2.2. JUSTIFICATIVAS E MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO : conforme o disposto no Artigo 15, § 7º, II da Lei n.º 8666/93.

2.2.1. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.2.2. Aquisição de gases especiais. A UFMS possui, dentre as finalidades e objetivos definidos em seu estatuto, a função de geração, difusão e aplicação de conhecimentos que contribuam para melhorar a qualidade de vida da sociedade, através das atividades de formação e qualificação de profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, caracterizando-se aí sua atividade fim. Dentre estas atividades, estão as aulas práticas e as pesquisas realizadas nos mais diversos laboratórios que atendem a Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, como os Campus do

Interior; COAD/FAMED; COAD/CPTL; COAD/FACFAN; COAD/FAMEZ; COAD/INBIO; CPCS; SEPAG/DISERV/PROADI; FAENG; FAODO; INFI; e SECAD/INQUI.

2.2.3. As formalizações de demanda das Unidades acima apresentadas encontram-se compiladas no documento SEI nº 2718146. A previsão de demanda atual destina-se, em grande parte, à utilização do INQUI, INBIO, FAMED, INFI e outros, que concentram os pedidos dos mais diversos laboratórios, conforme os Documentos de Formalização e demandas apresentadas. A aquisição dos referidos materiais visa atender às demandas da previsão da UFMS, realizadas para os anos de 2021/2022. A obtenção dos bens acima referenciados é necessária para utilização em aparelhos e equipamentos dentro dos laboratórios da UFMS.

2.2.4. INQUI - As quantidades foram programadas para atender o INQUI pelo período de um ano. Foram previstas conforme consumos anteriores e informações de Bando de dados de controle de Estoque para atender os Laboratórios de Ensino, Pesquisa e Extensão.

2.2.5. FAMEZ - As quantidades foram levantadas para atender a FAMEZ pelo período de um ano. Quantidades encaminhadas pelos Docentes, Técnicos de Laboratório para atender às rotinas básicas dos laboratórios em análises clínicas, projetos e aulas de graduação e pós graduação. São reposições referente a materiais usados constantemente. As quantidades previstas de materiais foram utilizados critérios com base nas demandas e compras dos exercícios anteriores para garantir o pleno funcionamento dos Laboratórios (ensino, pesquisa e extensão). Cada Laboratório/Professor/Pesquisador ficou responsável na elaboração da sua previsão com intuito de atender a demanda local.

2.2.6. CPCS -O gás Acetileno é utilizado no equipamento de Absorção Atômica por alunos da Graduação e Pós Graduação. Na Pós Graduação o equipamento é utilizado nas disciplinas de Fertilidade e Manejo da Adubação (5 alunos), e Uso, Manejo e Conservação dos Solos (3 alunos). Na pesquisas da Pós Graduação, são atendidos em média 6 alunos do mestrado. Na Graduação, as disciplinas que empregam o equipamento são: Fertilidade de Solo e Nutrição de Plantas (30 alunos); Classificação e Física do Solo (30 alunos); Manejo e Conservação dos Solos (50 alunos); e Química Analítica (100 alunos).

2.2.7. SEPAT - Materiais destinados para estocagem e posterior distribuição para as unidades da UFMS - Reitoria, Pró-Reitorias, Secretarias, Faculdades, Institutos, Escolas, Agências, Campus (interior). As quantidades previstas são baseadas no padrão de consumo das unidades atendidas pelo Almojarifado Central.

2.2.8. CPTL - A presente aquisição dos materiais será para atender atividades práticas desenvolvidas no Laboratório de Imunologia e Parasitologia principalmente nas áreas de ensino, de forma a atender a grade curricular do projeto pedagógico dos cursos de medicina, ciências biológicas e enfermagem e também nas áreas de pesquisa e extensão dos respectivos cursos atendidos.

2.2.9. FAODO - Os gases especiais previstos, gás acetileno e gás oxigênio, serão adquiridos para atender às rotinas básicas do Laboratório de Prótese Dental, tanto em projetos de extensão com nas aulas práticas para fundição de metais nobres.

2.2.10. FAENG - As aquisições de Gases Especiais visam à melhoria nas condições dos Laboratórios da FAENG e no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2.2.11. FAMED - As quantidades foram levantadas para atender a FAMED pelo período de um ano. Quantidades encaminhadas pelos Docentes, Técnicos de Laboratório para atender às rotinas básicas dos laboratórios em análises, projetos e aulas de graduação e pós graduação. São reposições referente a materiais usados constantemente. As quantidades previstas de materiais foram utilizados critérios com base no documento de formalização de demanda para garantir o pleno funcionamento dos Laboratórios (ensino, pesquisa e extensão). Cada Laboratório/Professor/Pesquisador ficou responsável na elaboração da sua previsão com intuito de atender a demanda local.

2.2.12. INBIO - A aquisição dos Gases Especiais visa atender às atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão realizadas nos laboratórios de Bioquímica, Botânica, Imunologia, Parasitologia Veterinária, Parasitologia Humana e na Unidade Técnica Biotério Central. As atividades relacionadas à utilização dos gases incluem: o criocongelamento de amostras biológicas, a cultura de microrganismos, o armazenamento e preservação de espécimes zoológicas, o controle sanitário e

reprodução assistida, assim como, nos procedimentos que envolvem o uso de microscópico eletrônico de varredura (MEV).

2.2.13. FACFAN - A aquisição dos Gases Especiais visa atender às atividades de ensino e pesquisa, executadas pelos usuários do laboratório, alunos de graduação, pós graduação, técnicos e professor.

2.2.14. INFI - A aquisição dos Gases Especiais visa atender às atividades de ensino e pesquisa realizadas nos laboratórios de Física, executados pelos alunos de graduação, pós-graduação, técnicos e professores do Instituto de Física.

2.2.15. A referida demanda contempla as demandas das unidades acima relacionadas, conforme as especificações técnicas dos bens;

2.2.16. A quantidade dos itens solicitados foi realizada através de previsão de planejamento, consolidada no documento 2695808 e justificadas nos documentos de formalização de demanda (2718146).

2.2.17. **Os materiais poderão ser adquiridos conforme a necessidade da Instituição, de acordo com a legislação vigente, devidamente atestados pela Unidade Requisitante. Importante ressaltar que a forma de aquisição é em COMODATO.**

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. *A descrição da solução como um todo, aquisição de gases especiais para atendimento a diversas unidades da UFMS, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares 37/2021, 2738329 apêndice deste Termo de Referência.*

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo máximo de entrega dos itens 18, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36,37 e 38 será de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da Confirmação de Compra e respectiva Nota de Empenho assinada pela UFMS - inclusive as enviadas até 10 (dez) dias após o vencimento da ARP, empenhadas dentro da vigência da Ata.

5.2. O prazo máximo de entrega do restante dos itens não mencionados acima será de até 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Confirmação de Compra e respectiva Nota de Empenho assinada pela UFMS - inclusive as enviadas até 10 (dez) dias após o vencimento da ARP, empenhadas dentro da vigência da Ata.

5.2.1. Local Horário e condições de recebimento:

5.2.2. O Item 15 GÁS COMPRIMIDO, NOME DIÓXIDO DE CARBONO, ASPECTO FÍSICO LIQUEFEITO, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA CO₂, MASSA MOLECULAR 44,0, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,99%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 124-38-9- Gás CO₂, de pureza 99,995% de pureza mínima - tubo pescador - deverá ser entregue em Três Lagoas, MS, no seguinte endereço : Local: Av. Ranulpho Marques Leal, nº 3484 - Unidade II, Distrito Industrial. CEP: 79613-000 - Três Lagoas, MS.

Horário: das 7h30min às 10h30min e das 13h30min às 16h30min, em dia útil.

5.2.2.1. **Demais itens - Material de Consumo UFMS: Local:** Os materiais deverão ser entregues na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - SECRETARIA DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO - SEPAT/DISERV/PROADI – Av. Senador Filinto Miller, 1555 - CEP 79074-460 - Vila Ipiranga - UFMS Fone: 067 3345-3508 / 3518. E nas unidades requisitantes, em comodato, onde existir a previsão da demanda.

5.2.2.2. **Horário:** das 8h às 10h30min e das 13h às 16h30min, em dia útil.

5.2.2.3. **Agendamento:** A entrega deverá ser agendada com antecedência de no mínimo 24h.

5.2.2.4. A entrega só será considera agendada, após confirmação da SEPAT/DISERV

5.2.2.5. O prazo de entrega será contado a partir do recebimento da notificação pela contratada.

- 5.2.2.6. Não serão aceitos materiais com quantitativo em desacordo com o autorizado.
- 5.2.2.7. Os bens devem ser entregues acondicionados em embalagem adequada, para que não sofram qualquer outro tipo de dano;
- 5.2.2.8. A licitação é por itens e as Unidades requisitantes são: INQUI, FAMEZ, CPCS, SEPAT, CPTL, FAENG, FAODO, FAMED, INBIO, FACFAN, INFI.
- 5.2.2.9. TODAS as NOTAS FISCAIS devem estar identificadas com o NOME DAS RESPECTIVAS UNIDADES a que estão destinadas, assim como a identificação do NÚMERO DE EMPENHO e o NOME DO FORNECEDOR;
- 5.2.2.10. A simples assinatura de servidor da SEPAT correspondente em canhoto de fatura ou conhecimento de transporte e implica apenas recebimento provisório;
- 5.2.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% do prazo total recomendado pelo fabricante.
- 5.2.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05(cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.2.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 5.2.6. **Recolhimento de material enviado em desconformidade:** Material enviado em desconformidade quantitativa ou qualitativa em relação ao empenhado, deverá ser recolhido em até 10 dias úteis, após o recebimento da solicitação de retirada. Quando for o caso
- 5.2.7. Caso o material não seja retirado no prazo definido, será considerado abandonado e a UFMS dará as destinações que julgar pertinente. Quando for o caso.
- 5.2.8. Caso a substituição não ocorra no prazo acima determinado, ou caso o novo material também seja rejeitado, estará à contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação de penalidades;
- 5.2.9. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado. Quando for o caso.
- 5.2.10. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 5.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;
- 5.5. **Recesso de Fim de Ano:** Não haverá recebimento de material, na SEPAT/DISERV, nas semanas de Natal e Ano Novo.
- 5.6. No período do recesso será interrompida a contagem do prazo de entrega, que reiniciará a partir do dia útil imediatamente posterior ao fim do recesso.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. São obrigações da Contratante:
- 6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

7.1.1.1. Os materiais poderão ser adquiridos conforme a necessidade da Instituição, de acordo com a legislação vigente, devidamente atestados pela Unidade Requisitante. Importante ressaltar que a forma de aquisição é em COMODATO.

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.1.7. Providenciar, após a assinatura da Ata, a Licença de Operação emitida pelo IMASUL, caso a empresa licitante vencedora seja de outro Estado e não opere no MS.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a

ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
------------	---------------------------	--

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.2. EM CASO DE CONTRATO:

12.2.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **IPCA** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

13.1.1. *Aquisição de bens de consumo a pronta entrega conforme código de defesa do consumidor.*

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e da Resolução 143 CD, de 28 de agosto de 2019 da UFMS a Contratada que, na fase de execução contratual:

14.2. Não celebrar o contrato:

14.2.1. recusar ou deixar de enviar documento necessário para comprovar a capacidade de assinatura do contrato/ata de registro de preços;

14.2.2. recusar ou deixar de assinar contrato/ata de registro de preços dentro do prazo de convocação;

14.2.3. recusar ou deixar de confirmar o recebimento da Nota de Empenho referente ao contrato/ata de registro de preços

14.3. Sanções aplicáveis para as condutas 14.2.1, 14.2.2, 14.2.3:

14.3.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 04 meses;

14.3.2. Descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

14.3.3. Multa de 1% do valor total do contrato/ata de registro de preços, por dia de descumprimento, no limite máximo de 15%

14.4. Apresentar documentação falsa:

14.4.1. omitir informações em documentos exigidos no certame;

14.4.2. adulterar documento, público ou particular;

14.4.3. encaminhar contrato/ata de registro de preços adulterada

14.5. Sanções aplicáveis para as condutas 14.4.1, 14.4.2, 14.4.3:

14.5.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 3 (três) anos;

14.5.2. Descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 3 (três) anos;

14.5.3. Multa de 20% do valor total do contrato/ata de registro de preços;

14.6. Ensejar o retardamento da execução do objeto contratual:

14.6.1. praticar qualquer ação ou omissão que prejudique o bom andamento da execução do contrato.

14.6.2. deixar de prestar garantia quando exigido.

14.7. Sanções aplicáveis para a conduta 14.6.1:

14.7.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 1 (um) ano.

14.7.2. Multa de 15% do valor total do contrato/ata de registro de preços

14.8. Sanções aplicáveis para a conduta 14.6.2:

14.8.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 01 ano;

14.8.2. Descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 01 (ano) ano;

14.8.3. Multa de 1% do valor total do contrato/ata de registro de preços, por dia de descumprimento, no limite máximo de 15%

14.9. Falhar na execução do contrato

14.9.1. entregar materiais com características diversas daquelas constantes na proposta, no contrato ou na ata de registro de preços;

- 14.9.2. deixar de substituir materiais com características diversas daquelas constantes na proposta, no contrato ou na Ata de Registro de Preços, no prazo estipulado pela Administração;
- 14.9.3. atrasar a entrega de quaisquer dos itens solicitados por prazo superior a 30 (trinta) dias;
- 14.9.4. recusar-se ou deixar de fornecer quaisquer dos itens contratados/registados;
- 14.9.5. deixar de entregar documentação fundamental para execução contratual.
- 14.10. **Sanções aplicáveis para as condutas 14.9.1, 14.9.2, 14.9.3, 14.9.4, 14.9.5:**
- 14.10.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 06 meses;
- 14.10.2. Multa de 1% do valor total do material, por dia de descumprimento, no limite máximo de 10%; e/ou Multa de 10% do valor total do material contratado;
- 14.10.3. Descredenciamento do SICAF pelo prazo de até 05 anos;
- 14.11. **Fraudar na execução do contrato**
- 14.11.1. elevar arbitrariamente os preços;
- 14.11.2. fornecer, como verdadeiro ou perfeito, material falsificado ou deteriorado;
- 14.11.3. entregar um material por outro;
- 14.11.4. alterar substância, qualidade ou quantidade do material fornecido;
- 14.11.5. tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato;
- 14.12. **Sanções aplicáveis para as condutas 14.11.1, 14.11.2, 14.11.3, 14.11.4, 14.11.5:**
- 14.12.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- 14.12.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido
- 14.13. **Comportar-se de modo inidôneo**
- 14.13.1. realizar atos comprovadamente de má-fé ou com dolo;
- 14.13.2. participar de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente;
- 14.13.3. não realizar o recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias;
- 14.13.4. não realizar o pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação;
- 14.14. **Sanções aplicáveis para as condutas 14.13.1, 14.13.2, 14.13.3, 14.13.4:**
- 14.14.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 3 anos;
- 14.14.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido; e/ou Multa de 1% do valor total da obrigação, por dia de descumprimento, no limite máximo de 20%
- 14.15. **Cometer fraude fiscal**
- 14.15.1. fazer declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal;
- 14.15.2. omitir informações em suas notas fiscais;
- 14.15.3. falsificar ou alterar notas fiscais
- 14.16. **Sanções aplicáveis para as condutas 14.15.1, 14.15.2, 14.15.3:**
- 14.16.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 5 anos;
- 14.16.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido.
- 14.17. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 14.18. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o

procedimento previsto na Lei nº 10520/2002, subsidiariamente a Lei 8.666, de 1993, e Lei nº 9.784, de 1999.

14.19. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.19.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.20. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.21. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.22. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.23. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.24. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.25. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS

15.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 1.005.716,17 (Hum Milhão, Cinco Mil Setecentos e Dezesesseis Reais e Dezessete centavos).

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. A ser liberada no decorrer do exercício. PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 7º DECRETO 7892/2013 : § 2o Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

17. INFORMAÇÕES GERAIS

17.1. ESTIMATIVA DE CUSTO

17.1.1. Na proposta de preço deverão estar inclusos todos os custos necessários ao atendimento do objeto, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, taxas, fretes, transportes, garantia dos materiais e seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o fornecimento.

17.1.2. Se a proposta da licitante estiver seriamente desequilibrada ou os preços inexequíveis, em relação à estimativa prévia de custo pela UFMS, esta poderá exigir que a licitante apresentasse um detalhamento dos preços ofertados, a fim de demonstrar a consistência dos preços em relação ao método e prazo propostos.

17.1.3. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do Artigo 43 da Lei nº. 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

17.1.3.1. Solicitação à proponente para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, apresentar justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;

- 17.1.3.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- 17.1.3.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- 17.1.3.4. Verificação de Notas Fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- 17.1.3.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal; e
- 17.1.3.6. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

17.1.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

17.2. VIGÊNCIA DA ATA

17.2.1. A Vigência da Ata será de 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura.

17.3. EXIGÊNCIAS DE ESPECIFICAÇÕES:

17.3.1. Deverá a licitante apresentar para cada um dos itens, descrição textual, de modo a facilitar a compreensão das características exigidas. Permitem-se variações de dimensões e desenho segundo o estilo adotado por cada fabricante. As características são as mínimas exigidas devido ao intenso uso.

17.3.2. Na proposta deverá constar o prazo de garantia mínimo estabelecido para o equipamento fixado através de Certificados ou Termos de Garantia no ato de entrega. Na proposta, deverá ainda constar, quanto à garantia: aceitabilidade, podendo ser solicitadas substituições, conforme preceitos estabelecidos no Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

17.3.3. Por ocasião da aquisição, no momento da aceitação, o pregoeiro poderá solicitar amostras e/ou catálogos, prospectos ou folders para constatação de cumprimento das exigências editalícias, ***sendo que todos deverão estar na língua portuguesa.***

17.3.4. No caso de esgotamento de mercado do material ofertado na ocasião da licitação, ou a adjudicatária estiver com dificuldades para efetuar as entregas dos mesmos, poderão ser aceitos como opções para possíveis substituições, aqueles que comprovadamente possuírem qualidades e rendimentos SUPERIORES aos ofertados.

17.3.5. Fica terminantemente proibida a sub-rogação do compromisso pertinente ao ato licitatório, sob pena de responsabilidade civil à adjudicatária.

17.4. DA AMOSTRA

17.4.1. **Quando e se for o caso**, o pregoeiro poderá solicitar ao fornecedor classificado em primeiro lugar, a amostra do material, ou catálogos e folders com a composição detalhada do produto, que deverá ser entregue no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados da convocação, **bem como aos demais classificados que firmarem compromisso em atender nas mesmas condições do primeiro colocado, em caso de inadimplência (Incisos I, II, III e parágrafos 1º, 2º e 3º do Artigo 11 do Dec 7892/2013).** A amostra deverá ser entregue diretamente na Gerência de Recursos Materiais – UFMS – Avenida Costa e Silva- prédio das Pró-Reitorias-UFTMS, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h, de Segunda a Sexta-Feira, em Campo Grande/MS.

17.4.2. A Área Técnica procederá à análise da amostra em conformidade com as especificações constantes do presente Termo de Referência.

17.4.3. O teste a ser realizado aferirá a qualidade do item cotado, observados os seguintes critérios mínimos de aceitabilidade relacionados na especificações do Termo de Referência.

17.4.4. A amostra deverá estar devidamente embalada e identificada com o número do pregão, o número do item, o CNPJ e o nome ou a razão social da licitante, podendo a proponente ser desclassificada, caso não esteja sua amostra de acordo com o proposto nesse subitem.

17.4.5. Caso a amostra da primeira colocada seja reprovada, serão convocadas as propostas remanescentes em ordem de classificação.

17.4.6. As amostras ficarão à disposição da licitante, que deverá retirá-las até o prazo de 20 (vinte) dias.

18. UNIDADES REQUISITANTES DESTE TERMO

18.1. Unidades requisitantes deste termo de referência: INQUI, FAMEZ, CPCS, SEPAT, CPTL, FAENG, FAODO, FAMED, INBIO, FACFAN, INFI.

19. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

19.1. Os critérios abaixo descritos estão embasados no "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/270265, bem como no art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, ao art. 3º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2014 (uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE) - Conforme e quando for o caso de aplicabilidade desse normativo para os itens em questão.

19.2. "**No que couber**, nos itens relacionados em que a atividade de fabricação ou industrialização for enquadrada no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981."

19.3. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

19.4. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

19.5. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

19.6. I - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

19.7. II - lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

19.8. III - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; e

19.9. IV - outras formas vedadas pelo poder público."

Esta minuta segue assinada pelo servidor Elaborador. Posteriormente, será feito o termo definitivo, assinado pela unidade requisitante, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 14, inciso II, do Decreto nº 10.024/2019, IN 40 SEGES/ME de 22/05/2020.

O Termo de Referência deverá ser devidamente aprovado pelo ordenador de despesas ou outra autoridade competente, por meio de despacho motivado, indicando os elementos técnicos fundamentais que o apoiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso.

ESTA MINUTA FOI ATUALIZADA EM 11/01/2021 CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO PELA AGU em novembro de 2020, CONFORME DECRETO 10.024 e IN 40 SEGES/ME de 22/05/2020 .

Nota de registro: Termo de referência editado de acordo com o documento original código SEI 2738617, elaborado e aprovado pelas unidades competentes, sendo realizadas apenas edições referentes à padronização e formatação textual, sem qualquer alteração de conteúdo.



Documento assinado eletronicamente por **Sílvia Regina Nascimento Ribeiro, Secretário(a)**, em 15/10/2021, às 11:04, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcio de Aquino, Diretor(a)**, em 15/10/2021, às 11:07, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2854078** e o código CRC **8A7F6437**.

Referência: Processo nº 23104.006056/2021-48

SEI nº 2854078